

Mesa da Assembleia Geral

1

----- Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate – Portugal -----
----- (Reunião Ordinária) -----

----- ATA Nº14/2025 -----

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos devidamente convocada, reuniu a Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate Portugal (FNK-P) em sessão ordinária, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), Joaquim António Duarte Da Costa, nas instalações da Escola IBN Mucana em Alcabideche. -----

A MAG foi constituída pelo supracitado Presidente, pelo Vice-Presidente, José Jorge da Silva Perestrelo e pela Secretária, Ana Sofia Carriço da Cruz. -----

A Ordem de Trabalhos da convocatória foi enviada para os Delegados à Assembleia Geral, a doze de julho de dois mil e vinte e cinco, publicada no site da FNK-P em vinte de julho de dois mil e vinte e cinco e foi a seguinte: -----

PONTO UM – Aprovação da Ata da Assembleia Geral Anterior; PONTO DOIS - Discussão e Votação do Relatório da Direção e Contas do Ano de 2024; PONTO TRÊS - Discussão e Votação de Graduações Requeridas de Acordo com as Regras em Vigor; PONTO QUATRO - Outros Assuntos. -----

Feita a chamada e conferidos os nomes dos delegados presentes, verificou-se estarem inscritos no Livro de Presenças com as correspondentes assinaturas e melhor identificados os seus nomes em lista anexa, trinta e quatro (34) delegados, pelo que o Presidente da MAG informou que esse seria o número de participantes com direito de voto, declarando a Assembleia Geral validamente constituída em reunião ordinária apta para deliberar sobre os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

Abertos os trabalhos o Presidente da MAG colocou à discussão o Ponto Um da Ordem de Trabalhos, Aprovação da Ata da Assembleia Geral Anterior, concretamente a ATA número treze de dois mil e vinte e cinco. -----

Não se registando nenhuma intervenção e devidamente consultada a Assembleia para o efeito, esta entendeu ser desnecessária a leitura da Ata. -----

A Ata da Assembleia anterior foi colocado à votação dos trinta e quatro (34) delegados presentes e foi aprovada, com 29 votos a favor e 5 abstenções. -----

No Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, Discussão e Votação do Relatório da Direção e Contas do Ano de Dois Mil e Vinte e Quatro, o Presidente da MAG deu a palavra ao Presidente da Federação Nacional de Karate-Portugal (FNK-P), Carlos Silva, para prestação das informações e esclarecimentos que entendesse como necessários e importantes. -----

O Presidente da FNK-P começou por dar as boas-vindas a todos os presentes, informando que o exercício da atividade sobre a qual aqui se pronuncia é relativa ao ano 2024, consequentemente à direção cessante. Continuando disse que se cumpriu com responsabilidade e transparência a gestão desta Federação, pautada com princípios de legalidade, da transparência e rigor administrativo. Foi seguida a estratégia

Mesa da Assembleia Geral

2

inicial focada no equilíbrio financeiro e no desenvolvimento desportivo dentro dos recursos disponíveis. Informou que foi entregue a Declaração de Órgãos de Gestão, documento que identifica os responsáveis e as suas competências. Contamos com a aprovação do Revisor Oficial de Contas, António Belém & António Gonçalves SROC, bem como do Conselho Fiscal, que atestam a regularidade e integridade da nossa gestão. Para além dos resultados financeiros destacou que os resultados desportivos alcançados são motivo de orgulho para todos nós. Agradeceu profundamente aos atletas, treinadores, familiares, clubes e associações que contribuíram com o seu esforço e dedicação para o sucesso da nossa modalidade. Por fim o Presidente explicou que dentro da sua vigência nunca houve um exercício financeiro negativo, contudo o ano de dois mil e vinte e quatro expõe que a FNK-P tem um resultado financeiro negativo de quarenta e três mil euros. Continuando, disse que no ano de dois mil e vinte e três foi contratualizado com o IPDJ uma verba a qual ficou por receber no montante de cinquenta e sete mil e quinhentos euros desse contrato programa, tendo esta verba sido recebida apenas no ano de dois mil e vinte e quatro. Esta verba refere-se ao ano fiscal de dois mil e vinte e três tendo sido contabilizada no Relatório e Contas desse ano. Existindo esta verba em caixa a FNK-P usou-a para a realização das atividades, ficando o ano de dois mil e vinte e quatro com um saldo negativo de quarenta e três mil euros. ----- O Presidente da MAG agradeceu a intervenção do Presidente da FNK-P, Carlos Silva, abrindo o período de inscrição para os delegados que pretendessem intervir sobre este ponto. -----

Entretanto com a chegada do delegado Daniel Morgado Coelho, passaram a estar inscritos no Livro de Presenças com as correspondentes assinaturas e melhor identificados os seus nomes em lista anexa, trinta e cinco (35) delegados, pelo que o Presidente da MAG informou que a partir deste momento esse seria o número de participantes com direito de voto e aptos a deliberar sobre os restantes pontos da Ordem de Trabalhos. ----- Entrados no período de intervenção dos delegados inscritos, o delegado Elias Santos, observou que no relatório e contas do ano de dois mil e vinte e três a FNK-P teve lucro, mas faltando receber a referida verba de dois mil e vinte e quatro pergunta como é que a FNK-P conseguiu sobreviver sem essa quantia em dois mil e vinte e três. ----- O Presidente da MAG deu a palavra ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva, para prestação das informações e esclarecimentos em função da questão do delegado Elias Santos, ao qual respondeu que o Contrato Programa com o IPDJ previa este montante no ano de dois mil e vinte e três e que havendo uma gestão com controlo rigoroso tudo é possível. -----

O delegado Rui Inácio, disse que tendo como certo que os recursos humanos fixos da FNK-P são três, Sara Martins, Karen Ferreira e Joaquim Gonçalves, como é que aparecem referidos no Relatório e Contas do Ano de dois mil e vinte e quatro, cento e cinquenta mil euros em recursos humanos. Sugere que a FNK-P passe a descrever as funções destes agentes. Também entende que os gastos de todos os agentes desportivos como: árbitros, treinadores, dirigentes e funcionários, deveriam ser devidamente discriminados no Relatório e Contas. Continuando perguntou em que foi aplicado o investimento de

Mesa da Assembleia Geral

3

vinte mil euros descrito no Relatório e Contas. Por último solicitou informação sobre quais são as empresas fornecedoras da FNK-P concretamente na área de produtos têxteis. -----

O Presidente da FNK-P, Carlos Silva, explicou que as despesas estão organizadas por duas vertentes: organização e gestão da FNK-P e desenvolvimento da atividade desportiva. A organização e gestão da FNK-P corresponde a aproximadamente cento e cinquenta mil euros e contempla todas as despesas com as funcionárias Sara Martins e Karen Ferreira. O desenvolvimento da atividade desportiva corresponde a todas as despesas da atividade desportiva, mais os recursos humanos que fazem parte desta, como é o caso do Diretor Técnico Nacional Desportivo, Joaquim Gonçalves, (mais despesas com Segurança Social) no qual o IPDJ colabora com metade desta despesa. Os investimentos foram por exemplo, para a compra de tatamis, substituição de televisores, renovação de computadores e outros equipamentos equivalentes. No que toca aos fornecedores da FNK-P mais especificamente ao nível têxtil, funcionamos com base em orçamentos que solicitamos em cada momento, para suprir as necessidades que vão surgindo. Desta forma, funcionamos com as empresas que nos apresentam valores mais competitivos. As empresas fornecedoras da FNK-P para produtos têxteis são a Mafrex para fatos de treino e a Trishirt no fornecimento de t-shirts para três competições internacionais que se realizam anualmente. -----

O delegado Rui Inácio, voltou a intervir dizendo que os somatórios das contas não parecem estar transparentes questionando de que forma corresponde a soma de quarenta e nove mil euros, sendo que vinte e nove mil euros são referentes ao Diretor Técnico Nacional Desportivo e vinte e um mil euros outros funcionários. Questionou também a que correspondem os dezasseis mil euros do Conselho de Arbitragem. -----

O Presidente da MAG deu a palavra ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva, que referiu ser transparente os quarenta e nove mil euros que se referem às funcionárias da Federação, Sara Martins e Karen Ferreira, incluindo todos os impostos inerentes às mesmas como IVA e recibos verdes passados à Federação, como por exemplo os dos médicos em todas as provas oficiais da FNK-P. As despesas com o Diretor Técnico Nacional Desportivo estão bem referenciadas no relatório como recursos humanos da atividade desportiva. O Presidente referiu também que as despesas referentes ao Conselho de Arbitragem correspondem aos gastos de estadias e alimentação dos árbitros no Campeonato de Europa Sénior em Zadar (três árbitros), Copa do Mundo em Pamplona (apenas um árbitro), Campeonato de Europa em Tbilisi (quatro árbitros), Campeonato do Mundo em Veneza (três árbitros) e na Youth League Corunha (três árbitros). O presidente reforçou que não foram pagos cursos de árbitros apenas estadias e alimentação. A FNK-P ajuda parcialmente com alguns gastos o árbitro Joaquim Fernandes, para este poder estar presente nas diversas provas internacionais, pois é uma mais-valia para o nosso país pertencer à Comissão Europeia de Arbitragem. -----

O delegado Rui Inácio, sugeriu um melhor esclarecimento no orçamento do Conselho de Arbitragem devendo ter discriminados e detalhados todos estes gastos, o que deve acontecer não só nas atividades desportivas, mas também na gestão da FNK-P. Reforçou que a FNK-P tem o dever de encontrar receitas para satisfazer os gastos com as

Mesa da Assembleia Geral

4

representações nacionais, toda a gestão das provas nacionais e todos os gastos inerentes à arbitragem. Refere também que nas últimas representações, uma grande percentagem de gastos não são para os atletas, como por exemplo no passado Campeonato de Europa em Yerevan, em que quarenta por cento da comitiva não eram atletas. Entende que a FNK-P deverá avaliar se existe algum conflito de interesses com as empresas fornecedoras de têxteis, como por exemplo a empresa Trishirt. -----

O Presidente Carlos Silva confirmou que a FNK-P irá avaliar esta situação dos fornecedores. Explicitou também que o orçamento foi exposto de forma correta, existindo apenas uma diferença de quinhentos euros para com o Relatório e Contas do Ano de Dois Mil e Vinte e Quatro. Referiu ainda que não é exequível detalhar mais esta tipologia de documentos. -----

O delegado Hugo Pedro, interrogou o Presidente da FNK-P para saber se os proveitos dos cinquenta e sete mil euros foram considerados nas contas de 2023. Se sim, relevo que neste biénio tivemos um prejuízo de trinta mil euros. Este delegado propõe que a FNK-P trabalhe com princípios financeiros através de orçamento para as provas internacionais (campeonatos de europa e campeonato do mundo) e de representação nacional, para que todos os treinadores dos clubes em Portugal possam saber com o que contar em cada oportunidade em função das disponibilidades financeiras da FNK-P. -----

O delegado Elias Santos, salientou que qualquer treinador/selecionador não tem contrato com a FNK-P, desta forma não existe qualquer ligação ou vínculo à FNK-P. O Presidente Carlos Silva referiu que em dois mil e vinte e três o resultado foi positivo em cerca de doze mil euros e que em dois mil e vinte e quatro o resultado foi positivo em cerca de quatorze mil euros, mas como foram recebidos nesse ano cinquenta e sete mil e quinhentos euros pertencentes ao ano fiscal de dois mil e vinte e quatro, feitas as contas temos um prejuízo de quarente e três mil euros. -----

Por sugestão do Presidente da FNK-P, Carlos Silva, o Presidente da MAG solicitou ao elemento do Conselho Fiscal, Gisela Silva, presente na Assembleia, esclarecimentos adicionais sobre este tema, a qual informou que foi pelo Conselho Fiscal colocadas todas as questões necessárias, tendo sido concluído que tudo foi devidamente realizado de acordo com as normas legais. -----

O delegado João Bahute, solicitou explicações relativamente à perda de tatamis que acontece quando a FNK-P empresta áreas de competição, pois entende que os responsáveis das associações que as solicitam e recebem, deveriam devolvê-las na quantidade e na condição em que as receberam. Acrescentou que deve haver um elemento da Direção da FNK-P responsável pela entrega e receção dos tatamis emprestados. -----

O delegado José Melo, referiu que em tempos existia um número mínimo de atletas nas comitivas de representação nacional, mas agora há um número muito elevado, perguntando quem paga os custos destas comitivas. -----

O Presidente da FNK-P, Carlos Silva, respondeu dizendo que a Federação assume todas as despesas de todas as comitivas. -----

Mesa da Assembleia Geral

5

O delegado João Dias, perguntou ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva, a que correspondem as verbas de sete mil euros do Projeto Desenvolvimento Prática Desportiva e os doze mil euros do Projeto Deteção novos Talentos e se estes projetos têm demonstrado resultados que justifiquem estes valores de despesa. No que toca às áreas de tatamis que a FNK-P empresta, este delegado informou que as associações assinam um termo de responsabilidade quando as solicitam, assim sendo questiona por que razão as pessoas/instituições que assinaram o referido termo de responsabilidade, não são chamadas à responsabilidade quando o que receberam não corresponde na íntegra ao equipamento entregue pela FNK-P. -----

O Presidente da FNK-P, Carlos Silva, informou que as verbas a que o delegado João Dias se referiu, correspondem às despesas dos Seleccionadores Nacionais quando fazem observação nas provas oficiais da FNK-P e que os referidos projetos têm dado frutos considerando os resultados desportivos de excelência que Portugal tem tido nas provas Karate 1 (Youth League, Series A e Premier League), Campeonatos de Europa e do Mundo (cadetes a seniores). -----

O delegado Dinamérico Fernandes, referiu que já foi discutido em Assembleias Gerais anteriores que o Presidente da Direção deveria ser remunerado, assim sendo entende chegado o momento de saber quanto é gasto em despesas de representação pelo Presidente da FNK-P, Carlos Silva, já que continua a exercer as suas funções sem remuneração. -----

Tomando a palavra o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, reiterou que não quer ser remunerado tal como nunca o aceitou ser no passado. Informou que as suas despesas de representação são apenas as inerentes às representações nacionais em Campeonatos de Europa e do Mundo, as quais constam do relatório e contas conjuntamente com as despesas da direção, num total de cerca de oito mil euros. Referiu ainda que pontualmente em atividades de trabalho é possível apresentar algumas despesas adicionais, mas sempre que ao serviço da FNK-P, o que se aplica a todos os órgãos e agentes desportivos desta, acrescentando que esta tipologia de despesas no ano de dois mil e vinte e quatro representou cerca de dois mil e novecentos euros e que todas as despesas estão devidamente identificadas. -----

O Presidente da MAG recordou que os Estatutos da FNK-P, no seu Artigo 11º (Direito Dos associados Ordinários), Alínea d., definem que através de legal representante podem examinar na sede da FNK-P, nos quinze dias que antecedem a reunião ordinária da Assembleia Geral, as contas da gerência e os respetivos documentos de prestação de contas. Assim sendo e para este efeito, quem o pretenda fazer deve simplesmente combinar com o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, data, hora e local de encontro, evitando-se assim perda de tempo nas Assembleias Gerais. -----

O delegado Rui Inácio, sugere que venha anexa nas contas uma lista com os agentes e os valores pagos em cada ano. -----

O delegado Emanuel Matias, disse que as contas estão devidamente apresentadas, relembrando que é impossível encontrar-se tudo num Relatório e Contas, observando

Mesa da Assembleia Geral

6

ainda que não se deve perder tempo nas Assembleias Gerais com pedidos de esclarecimentos que podem e devem ser feitos, antes da realização destas. -----

O delegado Rómulo Machado, referiu que é necessário analisar e verificar com pragmatismo, a quantidade dos elementos que integram as seleções nacionais. Partilha da opinião do delegado anterior pois perde-se muito tempo no esclarecimento de dúvidas sobre o Relatório e Contas o que poderia ser feito antes. É de opinião que se deve avaliar e saber claramente quem são os fornecedores de serviços externos da FNK-P. Concorde que o Presidente da Federação deve ser remunerado, porque as questões burocrático-administrativas são difíceis, tomam muito tempo e envolvem grandes responsabilidades. -----

O delegado Elísio Sousa, alertou a Assembleia Geral de que é necessário confiar no trabalho do Conselho Fiscal e no Revisor Oficial de Contas. No que concerne à remuneração do Presidente da Federação é poder da Assembleia Geral decidir se este o deve ser. -----

O delegado José Melo, lembrou que passou pelo período mais negro da FNK-P quando esta praticamente fechou a porta, com a água e eletricidade cortadas e que tal não pode nunca voltar a acontecer, pois como Presidente da Assembleia Geral que era nesse período difícil só com a ajuda das pessoas certas foi possível salvar a Federação, daí o devermos ser rigorosos na análise e nas decisões relativamente às contas da Federação. -----

O Presidente da FNK-P Carlos Silva, referiu estar de consciência tranquila no trabalho que tem vindo a ser realizado, no entanto como em tudo em todas as áreas é sempre possível melhorar a gestão financeira da FNK-P tentando fazer diferente e melhor. -----

O Presidente da MAG agradeceu todas as intervenções, pondo à votação o Relatório da Direção e Contas do Ano de Dois Mil e Vinte e Quatro, que com a presença trinta e cinco (35) delegados foi aprovado por unanimidade. -----

No Ponto três da Ordem de Trabalhos, Discussão e Votação de Graduações Requeridas de Acordo com as Regras em Vigor, o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, começou por referir que todos os dossiers recebidos pela FNK-P dos proponentes, cumprem integralmente com tudo o que é exigido no Regulamento de Reconhecimento de Graduações. -----

O delegado Rómulo Machado, dirigindo-se à Assembleia Geral afirmou não ser correto que sejam os delegados a carimbar pedidos de reconhecimento de graduações, como tal solicitou à Assembleia Geral rigor na votação das graduações superiores a 5º Dan. Prossequindo disse que devem ser pessoas reconhecidas pelo seu percurso técnico inquestionável, sugerindo que no futuro os candidatos ao reconhecimento das suas graduações devem estar presentes nas Assembleias Gerais em que tal aconteça. -----

O delegado Elias Santos sugeriu que o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, reveja o atual Regulamento de Reconhecimento de Graduações, pois considera que tal como está é inconstitucional. -----

O delegado Elísio Sousa, alertou para o facto de cerca de metade dos delegados não conhecerem os praticantes propostos. Este delegado argumenta que os delegados não

Mesa da Assembleia Geral

7

têm esta capacidade questionando por que razão estas graduações têm de ser motivo de análise e de aprovação em Assembleia Geral. Interrogou ainda quais são os critérios de voto positivo ou negativo. Comentou que sem um parecer técnico não é correto serem os delegados a votar. Este delegado pediu que nesta análise e aprovação do reconhecimento de graduações, que sejam conscientes da responsabilidade dos seus votos devendo ser a uma Assembleia Geral madura, rigorosa e certa. -----

O Presidente MAG tomou a palavra dizendo que já por mais do que uma vez chamou à atenção da Assembleia Geral, para o facto do processo de reconhecimento de graduações vigente ser pura e simplesmente um processo administrativo, que começa com a verificação por parte dos serviços administrativos da FNK-P do cumprimento do que está regulamentado, para então posteriormente, ser decidido o seu reconhecimento em Assembleia Geral da FNK-P, não devendo nunca entender-se como "homologação de graduação", como alguns fazem e dizem, ou pior ainda, como também outros o fazem e dizem, que em Assembleia Geral da FNK-P se atribuem graduações. Continuou dizendo que como é do conhecimento dos delegados já por mais do que uma vez solicitou ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva, que com carácter de urgência reúna o Conselho Geral para que este assunto com o contributo dos Associados Ordinários da FNK-P, possa ser analisado e decidido algo de diferente que no futuro e neste capítulo melhor sirva os interesses de todos, porque colocar em causa o sistema atual de reconhecimento de graduações tendo como atitude única dizer que, "o que existe está mal", "que não serve", falando cada um para o seu lado em nada ajuda. Mas pior ainda é alguém se aproveitar de uma Assembleia Geral da FNK-P para se prejudicar de forma injusta e sem razões objetivas que o justifique o reconhecimento de uma graduação. -----

O Presidente da FNK-P, Carlos Silva, assumiu que até ao fim do no de 2025 convocará o Conselho Geral, para com o contributo de todos podermos analisar a situação vigente, decidindo-se o que fazer para que este assunto se torne mais consensual. -----

A delegada Rossana Garcia, referiu que os currículos apresentados pelos proponentes ao reconhecimento de graduação, não explicitam em que contexto se graduaram nem com que mestres. Desta forma, é necessário o currículo ser apresentado com anexos, como por exemplo os diplomas de graduação. Resumindo, esta delegada referiu ser contra a posição de ter de votar e não ter estes dados para avaliar a graduação requerida, contudo não é contra os candidatos poderem ser mais graduados que os mestres que em alguns casos os tenham graduado anteriormente. -----

O delegado João Ramalho, lembrou que na passada Assembleia Geral o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, já tinha assumido o compromisso de reunir o Conselho Geral da FNK-P até ao final desta época desportiva. -----

O delegado João Dias, referiu que estamos a fazer reconhecimentos de graduações sem critério. Considera que a FNK-P tem duas vertentes: Desportiva e Tradicional. Na desportiva, existe um departamento de formação que dinamizam os cursos de treinadores. Desta forma, deverá existir um departamento de graduações na vertente tradicional. Não coloca em causa as graduações entretanto atribuídas, mas entende

Mesa da Assembleia Geral

8

que devem ser reconhecidas pela FNK-P com outro critério. Na sua opinião a criação de juizes de graduação iriam resolver o problema pelo que se deveria avançar com este processo. -----

O Presidente, Carlos Silva, aceitou as sugestões da Assembleia Geral e aceitou o compromisso de até ao final do ano 2025 convocar o Conselho Geral da FNK-P. -----

O delegado Elísio Sousa, alertou que devido ao facto de haver suspeições de que algumas graduações poderão não ser credíveis, os delegados não deveriam proceder à sua votação. -----

O delegado José Melo, discordou da possibilidade de não se proceder à votação das graduações propostas. -----

O Presidente da MAG tomou a palavra e decidiu que tendo em conta o atual Regulamento de Reconhecimento de Graduações da FNK-P e o seu cumprimento por parte de todos os proponentes, iria colocar à votação cada um dos casos. -----

A graduação de 6º Dan, referente a Carla Cristina Ferreira Teixeira Jerónimo, foi aprovada com 1 voto contra, 11 abstenções e 22 votos a favor. -----

A graduação de 6º Dan, referente a David Saorín Morote, foi rejeitada com 16 votos contra, 11 abstenções e 7 votos a favor. -----

A graduação de 6º Dan, referente a Rui Jorge Ferreira Teixeira Jerónimo, foi aprovada com 1 voto contra, 10 abstenções e 23 votos a favor. -----

A graduação de 6º Dan, referente a Vítor Manuel Antunes Mendes Miranda, foi aprovada com 1 voto contra, 10 abstenções e 23 votos a favor. -----

A graduação de 7º Dan, referente a Carlos Anjo Guedes Correia, foi rejeitada com 12 votos contra, 12 abstenções e 10 votos a favor. -----

O delegado Rómulo Machado, referiu que a lista de graduações e respetivos currículos para o reconhecimento de graduações, devem ser enviados conjuntamente com as convocatórias das Assembleias Gerais, tendo o Presidente da MAG anuído, mas que para que tal seja possível de concretizar será necessário que o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, lhe faça chegar toda a informação em tempo devido. -----

Passou-se ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, Outros Assuntos, tendo o delegado João Bahute intervindo como representante dos árbitros, solicitado que os árbitros que levem viaturas próprias para os campeonatos oficiais da FNK-P, sejam ressarcidos na semana posterior ao campeonato pois estas despesas saem do orçamento familiar de cada um deles. -----

O delegado José Peralta, também na qualidade de representante dos árbitros, perguntou ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva, quando é que vão ser pagos aos árbitros os montantes em dívida. Relembrou também o que aconteceu na gestão na Liga de Karate em Gondomar, onde os árbitros da FNK-P arbitraram entre doze a catorze horas, ficando num hotel sem condições que inclusivamente nem o pequeno-almoço incluía. --

O delegado Hugo Pedro, lembrou que há cerca de um ano a FNK-P introduziu o Ranking federativo como critério de seleção. Deu os parabéns ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva, à sua Direção e a toda a estrutura que o proporcionaram, considera um passo claro no sentido de tornar o processo de seleção mais transparente, justo e

Mesa da Assembleia Geral

9

baseado no mérito desportivo. Todavia solicita o aumento da transparência destes critérios para todas as outras provas, não apenas os Campeonatos de Europa e do Mundo contemplados no Regulamento de Seleções. Sugeriu que um atleta que seja primeiro lugar no Ranking FNK-P e esteja no top sessenta e quatro do Ranking WKF, que seja claramente convocado para provas internacionais. Também entende e sugere que seja possível uma associação, clube ou treinador questionarem os critérios de seleção dos diversos atletas deixando a ideia para que seja criado um Conselho Técnico da FNK-P, que possa validar as convocatórias em caso de dúvida ou situações de recurso. Referiu que poderão existir situações de conflito de interesses não só entre selecionadores e os seus atletas, como também entre a Equipa Técnica que representam marcas desportivas e o patrocínio a atletas da Seleção Nacional. Por fim, este delegado reforça a inexistência de penalizações em situações de condutas inapropriadas de disciplina (este ano houve sete/oito Shikokus em provas federativas). ----

O delegado João Dias, tomou a palavra referindo que a FNK-P tem feito um esforço grande na formação de treinadores de grau I. No que toca ao exemplo de selecionadores nacionais, deve-se ter em consideração a obrigatoriedade de se ter o grau III. Este delegado pronunciou-se também sobre os substitutos dos selecionadores nacionais como treinadores nas provas da FNK-P tendo estes a obrigatoriedade de possuir pelo menos o Grau I. Refere ainda que não é possível ter treinadores sem certificação em campeonatos oficiais da FNK-P, a dar indicações de pé, que é tudo menos etiqueta e critério. Acrescentou dizendo que continua a não estar referenciado no site oficial da FNK-P, ou em local público, os medalhados internacionais ou os selecionadores nacionais que fizeram e fazem a história do Karate do nosso país. -----

O delegado Rui Inácio, questionou o Presidente da FNKP, Carlos Silva, em nome dos Açores, para perguntar se é possível serem apoiados por esta instituição ao nível das despesas nas atividades oficiais FNK-P. No que toca ao Ranking este delegado referiu que há atletas que estão dentro dos trinta e dois ou sessenta e quatro do Ranking WKF, que não participam em provas nacionais. Sugere ainda que sejam ouvidos os intervenientes que estão mais ligados à parte desportiva (numa Reunião Geral de Treinadores ou no Conselho Geral), para serem feitos e revistos os Regulamentos de Ranking e Competições, à semelhança do que vai acontecer na vertente tradicional com o tema das graduações, sugerindo ainda que o Presidente da FNK-P, Carlos Silva, se comprometa a fazê-lo. -----

O Presidente da FNK-P, Carlos Silva, agradeceu a sugestão do árbitro João Bahute, respondendo que os pagamentos em falta serão efetuados assim que o IPDJ disponibilizar a verba financeira necessária, deixando a ideia de que possivelmente tal será realizado já no decorrer do próximo mês de setembro. Pediu desculpas pelo acontecido em Gondomar, garantindo que não houve dualidade de critérios para a separação do grupo de trabalho em hotéis diferentes. No que toca aos temas do delegado Hugo Pedro, o Presidente Carlos Silva garantiu que a FNK-P está a evoluir neste capítulo, referindo pretender prevenir situações injustas, contudo nunca é possível agradar a toda a gente. Relativamente ao tema dos Shikokus disse que não havendo

Mesa da Assembleia Geral

10

uma queixa ao Conselho de Disciplina estas situações não poderão ser avaliadas. Referiu também que os substitutos dos selecionadores nacionais em provas oficiais, servem também para tentar integrar treinadores estagiários nestes contextos. Continuou reconhecendo ser importante ter no site da FNK-P todos os medalhados em competições internacionais, assim como dos respetivos selecionadores nacionais que fizeram e que fazem parte da história do Karate do nosso país, acrescentando que para tal já solicitou a ajuda e colaboração do delegado João Dias para o fazer mas que até à data nada recebeu. -----

O delegado Elias Santos, sugeriu que sejam pedidos aos selecionadores nacionais anteriores que ajudem na construção deste historial. -----

O delegado Daniel Coelho, exclamou que a “Ética não é o fazemos é o que praticamos”. Referiu que recusou o cargo de Selecionador Nacional por não poder acompanhar os seus atletas em competição. Por esta razão, renunciou ao cargo de selecionador tendo apresentado a sua demissão ao Presidente da FNK-P, Carlos Silva. ----

O delegado Carlos Saúde, esclareceu que enquanto foi Selecionador Nacional, nunca se sentou na cadeira de treinador para orientar os seus atletas em provas oficiais FNK-P. --

O Presidente, Carlos Silva, tomou a palavra referindo que existe um conflito de interesses na figura de Selecionador Nacional em acompanhar os seus atletas em competições oficiais da FNK-P. Assim sendo, quem não tem esta capacidade de o entender e aceitar, não pode exercer esta responsabilidade. No que toca à questão apresentada pelos Açores, a FNK-P tem submetido sempre que possível a verba para ajuda as regiões autónomas, contudo nunca foi aceite pelo IPDJ. Esclareceu ainda que, nas Equipas Técnicas Nacionais, existe sempre pelo menos um treinador com grau III. -----

O Presidente da MAG, às treze horas e vinte minutos, deu por terminados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, da qual se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por mim, Ana Sofia Carriço da Cruz, Secretária, que a redigi. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Joaquim António Duarte Da Costa

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral



José Jorge da Silva Perestrelo

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral



Ana Sofia Carriço da Cruz